

FORMAS URBANAS DO PORTO SETECENTISTA: A PRAÇA INTRAMUROS*

Por **Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves**
Faculdade de Letras. Universidade do Porto

Summary

The article now published is a short study of Oporto squares inside the walls during the XVIIth and XVIIIth centuries. The squares mentioned by Manuel Pereira de Novais (Anacrisis Historial) in the end of the XVIIIth century were classified, as well as the changes that some of them went through during the second half of the XVIIIth century, when there was an important urban change and some squares like Santa Ana's and Vitória's appeared.

1. Introdução

Quando, na segunda metade do século XVIII, a recém-criada Junta das Obras Públicas dá início (1763) a uma política de transformação urbana no Porto, dentro e fora das muralhas, uma das preocupações era a inexistência de praças. Intramuros, a única que

* Trabalho apresentado ao *IV Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte* (Salvador – Bahia, 22 a 26 de Setembro de 1997).

poderia merecer tal nome, era a da Ribeira não passando as restantes de pracetas de formas irregulares, que se enquadram no esquema apresentado por Luís Cervera Vera¹ para Alcalá de Henares. As pequenas praças portuenses são também o resultado do encontro e cruzamento de ruas. Esta realidade vai exigir uma intervenção que terá por finalidade regularizar as pracetas existentes, monumentalizar a praça da Ribeira e criar novas praças dentro e fora das muralhas.

Se a praça preocupou os responsáveis da Junta das Obras Públicas, já anteriormente era um problema que deveria prender a atenção dos governantes da cidade como podemos verificar por duas tentativas de formação de duas novas praças. Um projecto datado de 1687², da autoria de Domingos Lopes³, permite-nos concluir que, nos finais do século XVII, o Senado da Câmara do Porto planeou uma praça «por cima do Rio da Vila, na zona da Ponte Nova». Era uma praça fechada, à qual se tinha acesso por quatro entradas. Este esquema, que pretendia introduzir uma praça regular na área da rua das Flores, tem também a particularidade de apresentar em cada um dos topos uma fonte com tanques tribolados e de formas ondulantes. Tanto o esquema dos tanques das fontes, como o pequeno apontamento decorativo apresentado, fazem delas duas estruturas barrocas exemplificando as diversas tendências que os artistas portuenses utilizaram. Neste período de transição, onde a permanência da tradição artística seiscentista é um facto, surgem sintomas de um novo gosto que só desabrochará plenamente no século XVIII. O projecto de Domingos Lopes nunca seria concretizado perdendo a cidade, intramuros, uma praça como nunca mais viria a ter. Um segundo projecto, também não levado a cabo, esteve relacionado com a preten-

¹ *La Epoca de los Austrias*, in «Resumen Historico del Urbanismo en España». Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local, 1968, p. 204.

² Pertence à Academia Nacional de Belas Artes.

³ Domingos Lopes: escultor; imaginário; mestre de arquitectura e mestre de carpintaria. Sobre a sua obra ver entre outros trabalhos:

BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Obra de talha dourada, ensablagem e pintura na cidade e na diocese do Porto*. Vol. I. Porto, 1984;

FERREIRA-ALVES, Natália Marinho – *A Arte da talha no Porto na Época Barroca (Artistas e Clientela. Materiais e Técnica)*. 2 vols. Porto, 1989;

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *Construção da Igreja de São Nicolau (1671-1676)*. Porto, 1992.; e

LEÃO, Manuel – *Domingos Lopes, Artista e Empresário*. In «Museu», IV Série, nº 5. Porto, 1996, pp. 73-107.

são de urbanizar uma zona fora das muralhas, designado por Campo das Hortas. Através dessa tentativa de urbanização, seria construída uma «praça quadrada sobre arcarias, de cento e vinte metros de lado» e cujo «acesso fazia-se por quatro arcos monumentais ao centro de cada um dos lados»⁴.

Com estas duas diligências, não concretizadas, de dotar o Porto com duas praças regulares e monumentais a situação existente não se alterou até às intervenções realizadas na cidade a partir de 1763. Assim, neste trabalho, iremos em primeiro lugar, através da descrição de Manuel Pereira de Novais⁵ inventariar as principais praças e pracetas que ele refere na cidade nos finais do século XVII e, por consequência, a situação que encontramos no Porto até 1763; em seguida reportar-nos-emos ao estado das praças na segunda metade de setecentos, altura em que devido à acção da Junta das Obras Públicas se abriram novas praças e se melhoraram muitas das que Manuel Pereira de Novais referiu.

2. Praças e pracetas segundo Manuel Pereira de Novais

Dentro do circuito da muralha numa malha de ruas, ruelas e becos, existiam alguns espaços quase todos irregulares, como tivemos ocasião de referir, designados na terminologia urbana de Manuel Pereira de Novais por «Praças y Plaçuelas»⁶, às quais junta a rua Nova que, pela sua largura, considera ser mais «praça que Calle de transito ordinario» e como era muito «espaciosa» serve de «Paseo como praça». No seu texto chama unicamente praceta – «Plaçuela» – à de S. Sebastião à qual nós poderíamos acrescentar outras que merecem a mesma designação, como por exemplo: da Sé; do chafariz da Sé; do Açougue Real; do Paço Episcopal e do Corpo da Guarda. Todos estes espaços aparecem referenciados na «Planta Redonda» da cidade do Porto, em 1813, com o nome de largos. Seguindo a descrição de Pereira de Novais, o número de praças dentro do perímetro amuralhado era de dez, sendo a principal a da

⁴ MANDROUX-FRANÇA, Marie-Thérese – *Quatro fases da urbanização do Porto no século XVIII*. Porto, 1986 (Edição Comemorativa do 2º Centenário da Morte de João de Almada 1786-1986).

⁵ NOVAIS, Manuel Pereira de – *Anacrisis Historical*. Vol. III. Porto, 1913, pp. 25-36.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 25.

Ribeira – «En la Puerta Principal de la Ribera, que es la de la Plaza Principal desta ciudad»⁷.

Pelas descrições de Pereira de Novais, se exceptuarmos a da Ribeira (e sobre esta sabemos, até ao momento, muito pouco para o período que antecede a segunda metade do século XVIII), vemos que as praças referidas se apresentam de forma irregular, pormenor que o autor não deixa de evidenciar em relação: à praça de Belmonte «no Mucho en quadro»; à praça de Santo Elói, com «una Esquina que deshace la perfeccion de su Quadro»; e à de S. Domingos cujo «Atrio» do convento do mesmo nome a «estorva». Entre as praças inventariadas na *Anacrisis Historial*, queremos mencionar dois aspectos. Algumas das praças mais importantes intramuros são as que se encontram junto às portas e postigos da muralha como acontece com a da Ribeira (Porta da Ribeira), a de Santo Elói (Postigo de Santo Elói), a de S. Bento das Freiras (Porta de Carros) e a do Olival (Porta do Olival). Outras surgem devido à confluência de ruas como sucedeu com a de S. Domingos que, pela sua situação, desempenhará um papel de grande importância na malha urbana intramuros já que será o núcleo principal da articulação da zona ribeirinha (rua das Congostas) com a zona alta da cidade através das ruas de Belmonte e Flores.

⁷ *Idem*, *ibidem*, p. 24.

PRAÇAS NO PORTO SEGUNDO MANUEL PEREIRA DE NOVAIS	
Praça da Ribeira	«La Praça de la Ribera es de forma quadrada, y algunos Cubiertos ò soportables que tiene son muy altos y claros e de buena Vista. En esta praça se mercancia todo lo que se puede pedir para el deseo de la vida humana.»
Praça de Santa Clara	«... para Santa Clara, en Donde assi mesmo feneçe la del Codeçal, formando la Praça deste Real monasterio y la hermita de San Antonio de la Peña...»
Praça de Belmonte	«... en la Praça de Belmonte ancha y espaciosa, aunque no Mucho en quadro...»
Praça dos Banhos	«... Por en cima de la fuente de los Baños y de su Praça...»
Praça do Terreiro	«... que va salir à la Hermita de Nuestra Señora del Cais y Praça del Terreiro...»
Praça da Porta do Olival	«... Porque la Praça de la Puerta del Olival, donde tiene origen essa de las Tapias...»
Praça de Santo Elói	«... Praça del Convento de nuestra Señora de la Consolacion, que es el mesmo de Santo Eloy, hasiendola capaz y ancha, aunque con una Esquina que deshace la perfeccion de su Quadro»
Praça de S. Bento das Freiras	«... y en este sitio de huertas de los Señores obispos, que llamavam el faval, y assi mesmo dava nombre a la praça del faval, que es oy en mucha parte aquella espaciosa praça de San Benito de las monjas...»
Praça de S. Domingos	«... sigue la Calle de Santo Domingo plana e derecha hasta su praça, que alli la hase Capacissima y espaciosa hasta la Misericordia, y lo fuera Mayor si el Atrio desse Convento no lo estorvara...»
Praça em frente do Palácio do Marquês de Fontes	«... seguindo la Calle, asta la Praça que queda en frente de los Palacios del Marquez de Fontes, Condes de Penaguim y Matosiños.»

3. Praças e pracetas intramuros na segunda metade do século XVIII

A situação apresentada por Manuel Pereira de Novais vai, como tivemos ocasião de referir, manter-se até às grandes obras efectuadas na cidade a partir de 1763 por iniciativa da Junta das Obras Públicas, organismo criado pelo então Governador das Armas (1757), e mais tarde das Justiças da Relação e Casa do Porto (1764), João de Almada e Melo (1703-1786), devido à necessidade de modernizar o Porto e regularizar as novas zonas que, pouco a pouco, se iam desenvolvendo extramuros⁸.

Limitado o nosso estudo à cidade intramuros, vamos nesse espaço acompanhar a intervenção, da Junta das Obras Públicas, em relação às praças, feita em dois sentidos: melhorar as existentes e criar novas. No primeiro caso, temos as obras de melhoramento realizadas nas da Ribeira, de Santo Elói, de S. Domingos e do Olival; no segundo caso, a de Santa Ana e Vitória. Esta política em relação às praças insere-se numa acção mais ampla levada a efeito pela Junta em prol do melhoramento do espaço urbano fora e dentro das muralhas.

3.1. *Obras de regularização das praças existentes*

3.1.1. *Praça de Santo Elói*

A primeira grande obra iniciada pela Junta das Obras Públicas realizou-se extramuros e incidiu em três aspectos. O primeiro, está relacionado com o desenvolvimento urbano de toda uma zona a norte da praça das Hortas e do bairro do mesmo nome que era necessário regularizar através da planificação de um novo bairro, o dos Laranjais. O segundo, inscreve-se na necessidade de articular a rua que, no prolongamento da das Hortas, formava o eixo fundamental do novo bairro com o interior da cidade, o que foi feito através da transformação da praça irregular de Santo Elói numa praça regular, e da substituição do postigo de Santo Elói por uma passagem mais larga que deu origem à Porta do Almada. Finalmente, o terceiro e

⁸ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *O Porto na Época dos Almadás. Arquitectura. Obras Públicas*. Vol I. Porto, 1988, p. 176.

último aspecto, seria facilitar a ligação da cidade às estradas para Braga e Guimarães, através da rua do Almada e praça de Santo Ovídio⁹.

As razões para a intervenção na praça de Santo Elói encontram-se num texto que já tivemos ocasião de transcrever e que foi extraído de uma escritura, de 14 de Julho de 1764, feita entre a Junta das Obras Públicas e o Convento de Santo Elói. Nele afirmava-se que devido «a grande necessidade que há de praças públicas dentro dos muros desta cidade» para «melhor formozura della, como para a utilidade publica, e bem comum dos seus moradores» era necessário «defronte do mesmo convento» formar e «estabelecer huma praça». Para o concretizar teriam que ser demolidas duas casas: uma defronte da porta da igreja conventual e outra que estava encostada à muralha, o que o Senado da Câmara pretendia fazer sem despende qualquer verba. As casas seriam compradas pelo Convento de Santo Elói, que também as mandaria demolir. Os lóios aceitaram também «recolher o adro ou pateo da porta principal da igreja», de forma a permitir alargar o terreiro facilitando assim o acesso à nova Porta do Almada (1764-1766), recebendo em troca os lóios o chamado corredor de Santo Elói, que ficava entre o muro da cerca e a muralha¹⁰.

Na planta executada em 1790 (fig. 1) por José Champalimaud de Nussane¹¹, vemos a praça de Santo Elói já liberta das casas referidas no documento notarial de 14 de Julho de 1764, mas mantendo ainda a sua forma irregular (que ainda hoje conserva) e com o acesso à Porta do Almada, que, nessa altura, era uma das principais saídas da cidade intramuros, dificultado pelo adro da igreja da Congregação de S. João Evangelista (Convento de Nossa Senhora da Consolação).

3.1.2. Praça da Ribeira

A principal praça da cidade vai sofrer grandes alterações, não só devido à abertura da rua de S. João (1765 – depois de 1786), mas também pela importância que a praça da Ribeira tinha no contexto

⁹ Idem, *ibidem*, p. 203.

¹⁰ Idem, *ibidem*, pp. 208-209.

¹¹ Director das Obras Públicas de 1789 a 1794. Idem, *ibidem*, pp. 281-282.

do urbanismo intramuros portuense: através da Porta da Ribeira acedia-se ao cais do mesmo nome que era um dos principais centros de entrada e saída de gentes e de mercadorias. A partir da praça da Ribeira, pelas ruas Aurina (ou Fonte Aurina ou Taurina) e Mercadores, alcançava-se a zona alta da cidade, percurso facilitado pela abertura da rua de S. João.

A intervenção feita pela Junta das Obras Públicas, à qual se pode associar o nome do cônsul inglês John Whitehead, visou dar-lhe monumentalidade através: da construção de edifícios do lado Poente sobre arcadas; da eliminação do antigo chafariz (o que tornava a praça mais ampla) e da sua substituição por uma fonte monumental do lado Norte, e da construção da nova Capela de Nossa Senhora do Ó que ficava por cima da Porta da Ribeira.

Esta política de renovação da Praça da Ribeira (fig. 2), iniciada em 1776 e concluída por volta de 1785, levou à criação de uma arcada na praça (que possivelmente se pretendia para os lados Nascente-Sul-Poente) que formou os lados Sul e Poente. A primeira (lado Sul) que ficava, como referimos, adossada à muralha, permitia, através de escadas, o acesso à parte superior da mesma, o que a transformava numa espécie de varanda-passeio que permitia aos portuenses ver o interior da praça e o rio¹². Do lado Poente foram construídas duas casas sobre arcadas, com andar nobre e mezzanino, cujas fachadas para a praça estavam divididas por pilastras dóricas. Este mesmo esquema aparece na parede Norte, onde se adossou a fonte que substituiu o chafariz. O lado Nascente ficou sem uma grande intervenção excepto no que diz respeito à Porta da Ribeira que seria coroada por uma nova capela, em substituição da anterior. A nova capela-aberta de Nossa Senhora do Ó (1778/79-1783), infelizmente demolida na primeira metade do século XIX, era um exemplo de grande qualidade da arquitectura neopalladiana portuense, da qual o primeiro exemplo seria o Hospital de Santo António (1769).

¹² Idem, *ibidem*, p. 213.

«Segue-se neste genero de obras a extensa Varanda firmada sobre o Muro da Ribeira, e da qual goza-se no mesmo tempo vista de Rio, e de innumeraveis embarcaçoens, que nelle surgem, depois do prazer, que recebem os olhos com o prospecto de huma formozza Praça rodeada por tres lados de huma soberba Arcáda de cantaríá, que serve de pedestal aos successivos Palacios, que se dilatão até o principio da Rua Nova de S. João».

COSTA, Agostinho Rebelo – *Descrição Topografica, e Historica da Cidade do Porto*. Porto, 1789, p. 29.

3.1.3. Praça de S. Domingos

Quando inventariámos as praças referidas por Manuel Pereira de Novais fizemos alusão à importância que tinha a de S. Domingos na ligação da zona ribeirinha com a parte alta da cidade. Com a abertura da rua de S. João tornou-se um núcleo fundamental para a articulação entre a nova rua e as das Flores e Belmonte, razão para a intervenção feita pela Junta das Obras Públicas.

A Praça de S. Domingos de acesso difícil e bastante irregular, como podemos observar numa planta de 1774 (fig. 3), necessitava de uma intervenção de forma a ligar directamente a rua de S. João à rua das Flores (fig. 4) o que obrigaria a uma série de demolições. Neste processo, a que esteve associado, mais uma vez, John Whitehead, como aconteceu frequentemente com as obras públicas, a morosidade das resoluções e a falta de dinheiro, fizeram com que pouco ou nada se tenha feito. A mesma forma irregular e a dificuldade de acesso à rua das Flores aparece na planta executada por Teodoro de Sousa Maldonado (fig. 5), que foi arquitecto da cidade de 1789/92 a 1799, e manteve-se, ainda que com alterações, até aos nossos dias.

3.1.4. Praça do Olival (ou da Porta do Olival)

A praça do Olival não foi alvo de uma grande preocupação por parte da Junta das Obras Públicas ainda que toda aquela área fosse objecto de intervenções de diversa ordem. Praça irregular, como a maior parte das que temos referido, acolhia os que entravam no Porto amuralhado pela Porta do Olival e conduzia-os pelas ruas da Ferraria, de Trás e de S. Bento ao interior da cidade.

Não tendo sido objecto de uma grande intervenção, beneficiou da construção da nova Cadeia e Tribunal da Relação (1766-1796) da autoria do arquitecto-engenheiro Eugénio dos Santos e Carvalho (1711-1760) e que a teria projectado entre 1755, altura em que o edifício seiscentista ficou muito danificado devido ao terramoto de 1 de Novembro, e o ano do seu falecimento. Com o projecto da Cadeia e Tribunal da Relação (figs. 6-7), Eugénio dos Santos faz uma intervenção na praça do Olival, dotando-a de uma fachada grandiosa, com uma fonte adossada, que monumentalizou o referido espaço.

Este projecto, anterior à criação da Junta das Obras Públicas, permite-nos ver, como já tivemos ocasião de referir, a preocupação

que mesmo antes da Junta sempre existiu de monumentalizar e regularizar as praças existentes o que se fez com a construção do novo edifício. Assim todos aqueles que vindos do exterior, entravam pela Porta do Olival deparavam, com a magnífica ainda que estreita fachada (alçado Norte) da Cadeia e Tribunal da Relação, contribuindo assim o arquitecto, através daquele elemento, para o arranjo urbanístico da zona¹³.

3.2. *Novas praças*

3.2.1. *Praça de Santa Ana (ou Praça de S. Roque)*

No local onde existiam os pelames (ou aloques), e que foram transferidos para uma zona extramuros (as Fontainhas), foi aberta uma nova praça, cujo risco se ficou a dever a um dos responsáveis pelas alterações encetadas pela Junta, o engenheiro-militar Francisco Pinheiro da Cunha que juntamente com Pedro Gualter da Fonseca, esteve associado à execução da Planta nº 1 para a reconstrução de Lisboa¹⁴.

Sobre a praça de Santa Ana (fig. 8), cujas obras iniciadas em 1767 ficaram concluídas em 1773, refere Agostinho Rebelo da Costa o seguinte:

«Com tudo a Praça de S. Roque, formada em semicirculo, lageada de pedra larga e fina, cercada de cazas regulares com tres andares de janelas todas iguais e envidraçadas, huma Capella feita à Romana, que lhe serve de remate, duas bem repartidas escadas, que cingidas com balaústres da mesma pedra fina, vão formar diante della hum largo pateo, de baixo do qual aparece hum lindo Genio, cavalgado sobre hum Golfinho, de pedra lavrada em fôrma de concha, merece alguma estimação do Público apaixonado por similhantes obras»¹⁵.

A nova praça de Santa Ana, denominada muitas vezes pelo nome da capela (capela de S. Roque, que esteve em frente da galilé na Sé do Porto até 1755) que nela foi construída, constitui, dentro

¹³ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *Ob. cit.*, p. 223.

¹⁴ FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa, 1977, p. 92.

¹⁵ COSTA, Agostinho Rebelo da – *Ob. cit.*, p. 29.

das transformações urbanas, operadas no tempo de João de Almada e Melo, o conjunto mais acabado de tudo aquilo que se realizou. De forma em «semicírculo» era constituída pela capela de S. Roque (de planta centrada poligonal) que estava ladeada por duas casas com três pisos ao nível da praça e praticamente dois no da capela, sendo o último andar em mezzanino. O acesso à capela fazia-se por uma dupla escadaria semicircular com balaustrada. Na parede central da escadaria, «em rústico», encontrava-se ao nível da praça, num nicho, um conjunto escultórico de onde brotava água para um tanque «em fôrma de concha»¹⁶. Pelas imagens que chegaram até nós, a praça de Santa Ana foi, no Porto da segunda metade do século XVIII, a praça mais equilibrada na malha urbana intramuros e talvez o único exemplo na cidade de uma praça que pelas suas características – uniformidade e equilíbrio – se pode filiar no esquema da praça regular divulgada pela França a partir do século XVII.

3.2.2. *Praça da Vitória*

Terminada a reconstrução da igreja paroquial de Nossa Senhora da Vitória (1758-1769) a Junta das Obras Públicas, na «conformidade das Reaes ordens de Sua Magestade Fidelissima» (D. José I), mandou que se «fizesse huma praça por baixo da igreja [...] asim para melhor formuzura della, como para utilidade pública e bem comum dos seus habitantes».

A nova praça (fig. 9), cuja obra foi arrematada pelo mestre pedreiro Henrique Ventura (ou Henrique Ventura Lobo), ficou concluída em 1772¹⁷. A praça da Vitória que poderemos designar por praça-miradouro, despertou também a atenção de Agostinho Rebelo da Costa que a ela se refere da forma seguinte: «Segue-se a espaçosa Praça, que está no alto do Monte da Vitória, que se compoem de hum elevado Mirante rodeado de assentos de pedra lavrada com parapeitos da mesma. Dali descobre-se huma grande parte da cidade, o curso do Rio Douro, viçosas campinas, e dilatados bosques»¹⁸.

¹⁶ FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime B. – *Ob. cit.*, pp. 225-226.

¹⁷ *Idem*, *ibidem*, p. 227.

¹⁸ COSTA, Agostinho Rebelo da – *Ob. cit.*, p. 29.

*
* *

As praças intramuros do Porto, espaços, por excelência, do tecido urbano de convergência e de irradiação dos seus habitantes, de monumentalidade limitada às casas nobres, igrejas, conventos que as cingem e que se mesclam com o casario, e às fontes e chafarizes que nelas existem (as praças do Porto desconhecem o monumento comemorativo até à segunda metade do século XIX), exerceram funções diversas, das quais a económica era a mais constante. Locais sacralizados pelas procissões que ritmavam a vida da cidade e pelas cerimónias realizadas na capela-aberta (Praça da Ribeira – Capela de Nossa Senhora do Ó), quando esta dominava esse espaço, fazendo da praça uma grande nave, são também os palcos preferenciais da vida lúdica da urbe, quando as festas contrariavam a monotonia do quotidiano.

No desempenho da sua função económica a praça, além do comércio permanente nas suas lojas, será o local da feira, e a isso se refere Agostino Rebelo da Costa¹⁹ quando escreve: «Não merecem menos atenção os Campos²⁰ dos Ferradores, de Santo Ovídio e S. Lázaro, o Terreiro²¹ de S. Domingos, as Praças²² de S. Bento das Freiras, do Comercio, da Ribeira, o largo²³ de Miragaya. Em quasi todas estas Praças, e Terreiros, há feira pública²⁴, às terças, e sabbados de cada semana».

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 28.

²⁰ «Terra fora da cidade, & do povoado» BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario Portuguez e Latino*. Vol 2. Lisboa: No collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712, p. 86.

²¹ «Espaço de terra, plano e largo; praça ou largo dentro de uma povoação [...] Sítio ao ar livre, onde há folguedos, cantos e bailados». MACHADO, José Pedro – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Vol XI. Lisboa: Amigos do Livro Editores, 1981, p. 590.

Rossio – «Terreno que era roçado ou fruído em comum pelo povo; logradouro público. Lugar espaçoso: terreiro, praça larga». Idem, *ibidem*. Vol. X, p. 460.

²² «Lugar público, grande largo, geralmente rodeado de edifícios, para embelezamento de uma cidade, vila, etc. e como meio higiénico para melhor circulação do ar e plantação de árvores; rossio». MACHADO, José Pedro – *Ob. cit.* Vol. IX, p. 349.

²³ «Espaço desimpedido numa povoação, mais amplo que as ruas que nele desembocam, e menor geralmente, que uma praça». MACHADO, José Pedro – *Ob. cit.* Vol. IX, p. 373.

²⁴ FERNANDES, José Alberto Rio – *As feiras e mercados no tecido comercial do Porto*. In «Boletim Cultural». 2ª Série, Vol. 7/8. Porto, 1989/90, pp. 351-378.

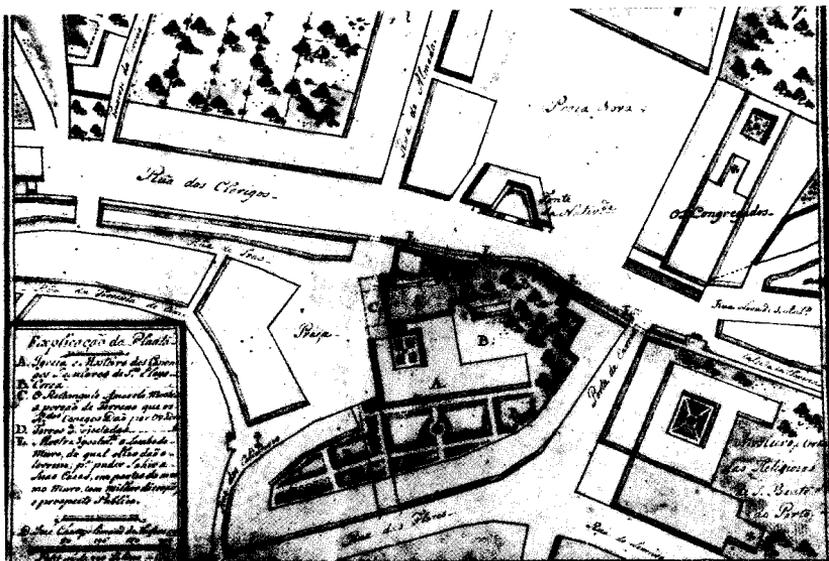


FIG. 1 – Porto. Praça de Santo Elói (1790),
 Planta da autoria de José Champalimaud de Nussane.
 Arquivo Histórico Municipal do Porto, Livro de Plantas, nº inv. 179.

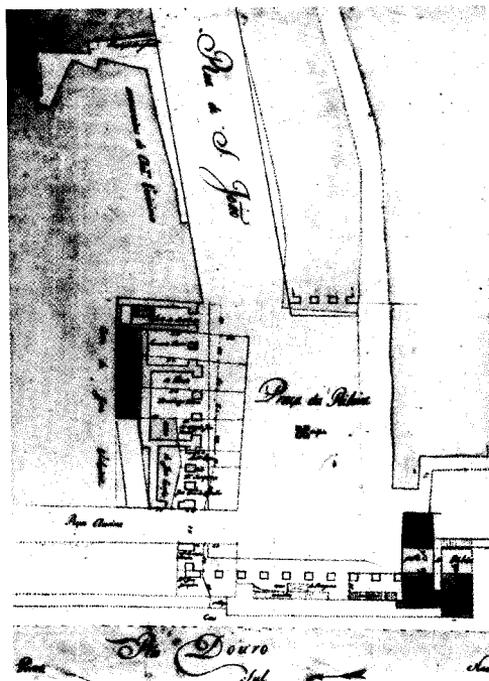


FIG. 2 – Porto. Praça da Ribeira (século XVIII).
 Arquivo Histórico Municipal do Porto, Livro de Plantas, nº inv. 72.

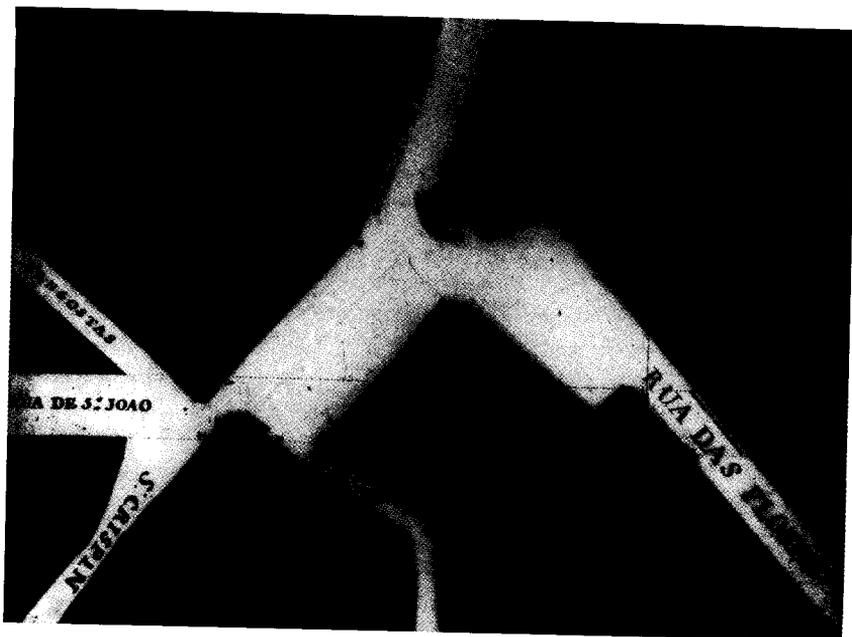


FIG. 3 – Porto. Praça de S. Domingos (1774).
Planta atribuída ao cônsul John Whitehead
Arquivo Histórico Municipal do Porto, Livro de Plantas, nº inv. 82.

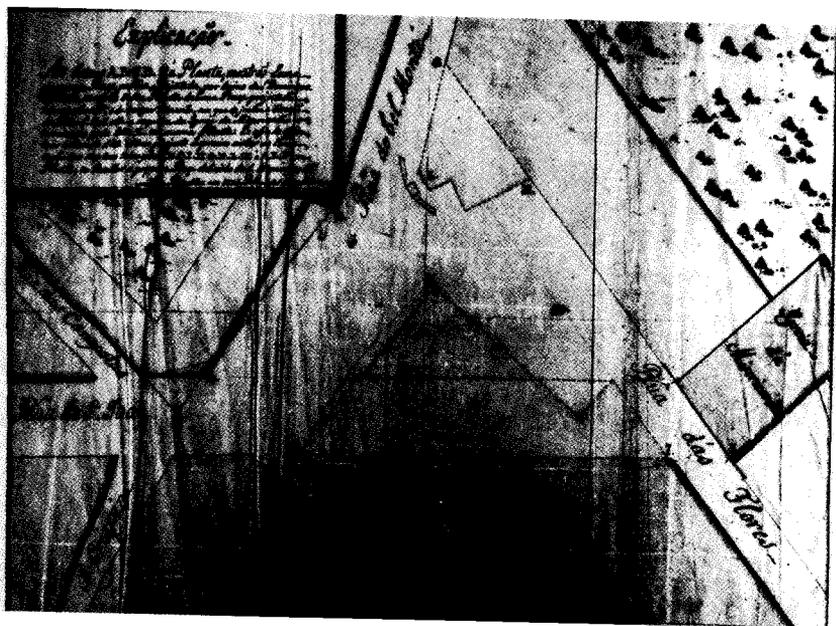


FIG. 4 – Porto. Praça de S. Domingos (1774).
Planta da autoria do cônsul John Whitehead
Arquivo Histórico Municipal do Porto, Livro de Plantas, nº inv. 77.

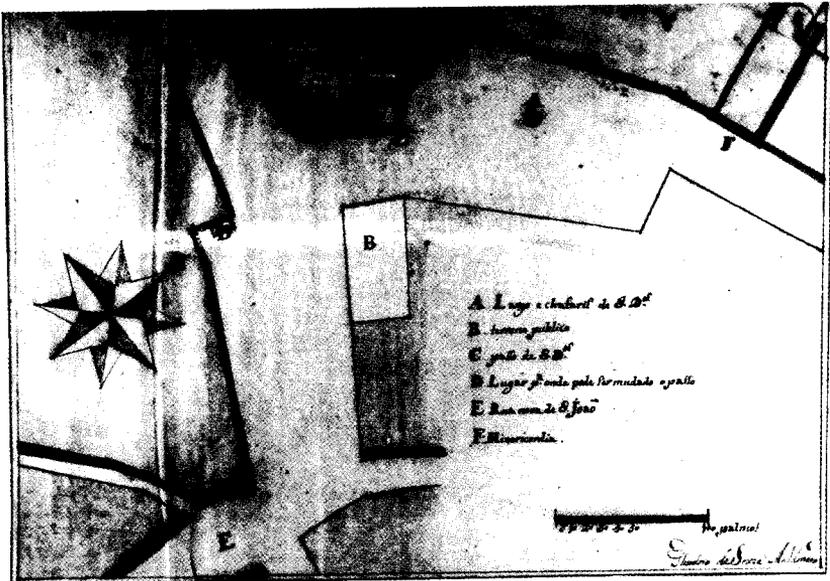


FIG. 5 – Porto. Praça de S. Domingos (1799).
 Planta da autoria do architecto Teodoro de Sousa Maldonado
 Arquivo Histórico Municipal do Porto, Livro de Plantas, nº inv. 79.

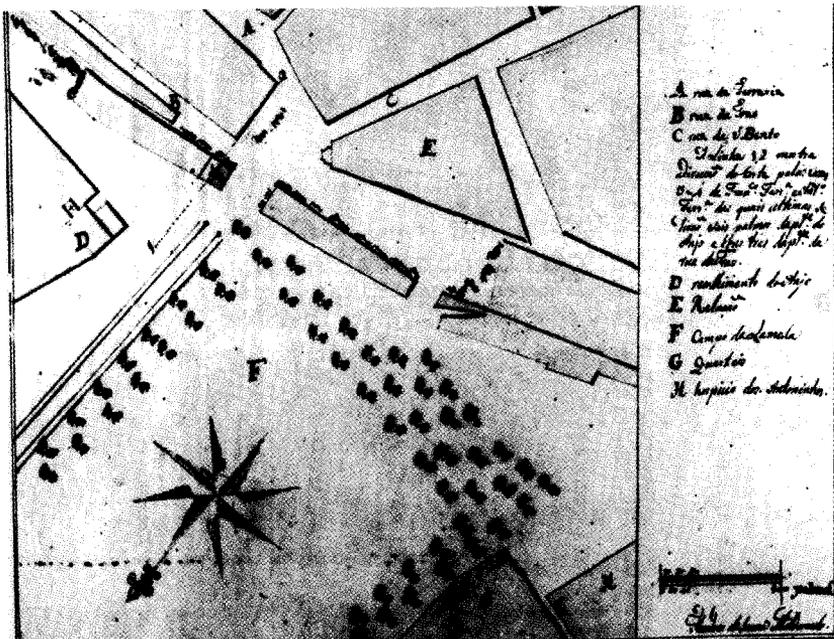


FIG. 6 – Porto. Praça do Olival (1799).
 Planta da autoria do architecto Teodoro de Sousa Maldonado
 Arquivo Histórico Municipal do Porto, Livro de Plantas, nº inv. 133.



FIG. 7 – Porto. Cadeia e Tribunal da Relação (1766-1796). Alçado Norte.
Foto – Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves



FIG. 7 – Porto. Praça de Santa Ana.
Desenho de Joaquim Cardoso Vitória Vilanova (1833).
Biblioteca Pública Municipal do Porto, Reservados, Ms. 1479.

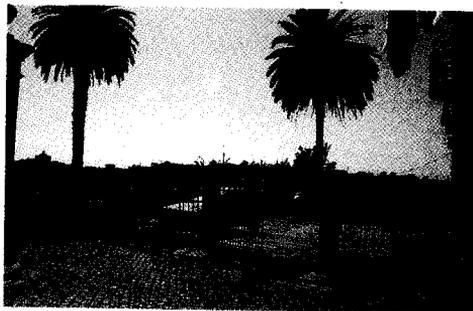


FIG. 9 – Porto. Praça da Vitória.
Foto – Joaquim Jaime B. Ferreira-Alves